



Programa Operacional
Regional de Lisboa
2014/2020

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

AVISO Nº LISBOA – 33 – 2016 – 20

Programa Escolhas

EIXO PRIORITÁRIO: 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

OBJETIVO TEMÁTICO: 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: 9.i – Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade

OBJETIVO ESPECÍFICO: Aumentar a capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos

FUNDO ESTRUTURAL: Fundo Social Europeu

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO: 33 – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO: 33.01 – Programa Escolhas

ÁREA GEOGRÁFICA DE APLICAÇÃO: Região de Lisboa NUTII – Área Metropolitana de Lisboa

DATA DE ABERTURA: 4 de novembro de 2016

DATA DE ENCERRAMENTO: 11 de novembro de 2016

1. Enquadramento	3
2. Período para a receção de candidaturas	3
3. Procedimento para apresentação das candidaturas	3
4. Dotação orçamental e nível de cofinanciamento	3
5. Duração máxima das operações a apoiar	3
6. Número de candidaturas a apresentar pelo beneficiário.....	4
8. Beneficiários.....	4
9. Tipologia de operação e ações elegíveis	4
10. Participantes	4
11. Indicadores a contratualizar	5
12. Forma, montantes e limites dos apoios	5
13. Regras de elegibilidade das despesas	6
14. Elegibilidade do beneficiário	6
15. Processo de análise e decisão das candidaturas.....	6
16. Condições de alteração.....	7
17. Regime de financiamento e prazos de decisão.....	7
18. Eficiência e resultados	8
19.Documentação adicional	9
20. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações.....	9
21. Consulta e divulgação de informação	9
22. Outras disposições	9
23. Contatos	9
Anexo I – Nota de preenchimento das fichas de atividade do formulário da candidatura.....	10
Anexo II - Prazos para análise e decisão de candidaturas	12

1. Enquadramento

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (Regulamento Específico), publicado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterada pela Portaria n.º 181-C/2015, de 19 de junho, o acesso ao financiamento pode ser concretizado através da apresentação de candidatura por convite, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 (www.portugal2020.pt).

Este aviso convite foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, do artigo 9.º do supra citado Regulamento Específico.

2. Período para a receção de candidaturas

A apresentação da candidatura decorre entre as 9H00 do dia 4 de novembro e as 18H00 do dia 11 de novembro de 2016.

3. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos definidos no presente convite.

O beneficiário deve efetuar, previamente, o seu registo e autenticação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

4. Dotação orçamental e nível de cofinanciamento

A dotação, a título de despesa pública, a alocar ao presente aviso é de 7,8 M€ (sete milhões e oitocentos mil euros).

Conforme estabelecido no artigo 5.º da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, a taxa de cofinanciamento é de 50%, de contribuição europeia mobilizada através do FSE a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas, correspondendo os restantes 50% à contribuição pública nacional, a qual será assegurada pelo Beneficiário, uma vez que se trata de entidade prevista no seu n.º 4.

5. Duração máxima das operações a apoiar

A candidatura apresentada no âmbito do presente convite pode ter a duração máxima de 36 meses.

Nos termos do n.º 6 do artigo 65.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, não pode ser apresentada, para efeitos de financiamento, a candidatura em que a totalidade das ações individuais nela integradas estejam materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura à Autoridade de Gestão.

6. Número de candidaturas a apresentar pelo beneficiário

O beneficiário só pode apresentar uma candidatura no âmbito deste convite.

7. Âmbito geográfico

A elegibilidade geográfica é determinada pela localização da operação e suas ações individuais, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 207.º do Regulamento Específico, a qual tem de se situar dentro dos limites geográficos da região de Lisboa (NUTII), de acordo com a al.d) do seu n.º 1.

8. Beneficiários

O beneficiário do presente convite é o Alto Comissariado para as Migração, I.P – Gestor do Programa Escolhas, doravante designado por ACM-GPE, o qual assume perante a Autoridade de Gestão a qualidade de Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP), de acordo com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de Setembro e com o artigo 215.º da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua atual redação.

9. Tipologia de operação e ações elegíveis

A tipologia de operação objeto do presente aviso é, nos termos conjugados da alínea b) do artigo 205.º com o artigo 214.º da Portaria nº 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, o Programa Escolhas cuja renovação, para o período de 2016 a 2018, foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro, dando origem à sua 6ª geração, a qual republica em anexo o Despacho Normativo n.º 19-A/2015, de 12 de outubro, que aprova o respetivo regulamento.

São elegíveis no âmbito da candidatura os projetos individuais que visam promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e a coesão social, nos termos dos diplomas normativos enquadradores da política pública. São elegíveis apenas os projetos individuais¹ que tenham o seu início e conclusão no período de duração da operação, ao abrigo da supra citada RCM.

10. Participantes

São **participantes diretos** da presente tipologia as crianças e os jovens, entre os 6 e os 24 anos provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, nomeadamente descendentes de imigrantes, portugueses descendentes de imigrantes, comunidades ciganas e emigrantes portugueses, que se encontrem numa ou mais das seguintes situações:

- a) Em absentismo escolar;
- b) Com insucesso escolar;
- c) Em abandono escolar precoce;
- d) Em desocupação, incluindo jovens NEET;
- e) Em situação de desemprego;

¹ Para o preenchimento dos projetos individuais no formulário de candidatura ver o Anexo I

- f) Com comportamentos desviantes;
- g) Sujeitos a medidas tutelares educativas;
- h) Sujeitos a medidas de promoção e proteção.

São **participantes indiretos** do Programa Escolhas, os que estão definidos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 19-A/2015, republicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, de 23 de dezembro, nomeadamente os familiares de todos os participantes, professores, auxiliares ou técnicos.

11. Indicadores a contratualizar

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 7.º do Regulamento Específico, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada. Na candidatura o ACM - GPE apresenta as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão para os indicadores e realização e de resultado, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

A realização e os resultados a contratualizar, com referência aos indicadores e às metas definidos para o POR Lisboa 2020, são os descritos no quadro seguinte:

Tipo de indicador	Indicadores	Unidade de Medida	Meta para 2018
REALIZAÇÃO	Participantes ¹ no Programa Escolhas entre os 6 e os 24 anos	N.º	16.049
RESULTADO	Participantes ¹ do Programa Escolhas entre os 6 e os 24 anos que completaram com sucesso o ano escolar ou foram reintegrados na escola, formação ou emprego	%	65

¹ A considerar apenas os **participantes diretos** tal como definidos no ponto 10 do presente aviso.

12. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste aviso revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos do n.º 3 do artigo 208.º do Regulamento Específico conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, uma vez que ainda não se encontra definida a modalidade de custos simplificados a aplicar no âmbito desta tipologia de operação.

De acordo com o estipulado no n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 242/2015, de 13 de agosto e pela Portaria n.º 122/2016, de 4 de maio, as **operações de reduzida dimensão**, cujo financiamento público não exceda 50.000,00€, são obrigatoriamente apoiadas em

regime de custos simplificados, na modalidade de montante fixo, com recurso a um orçamento prévio, dispensando a apresentação de documentos comprovativos de despesa.

Os custos elegíveis no âmbito das operações de reduzida dimensão são calculados com base num orçamento preestabelecido, considerando a Autoridade de Gestão do POR Lisboa 2020, para este efeito, os montantes totais inscritos, por rubrica de despesa, no formulário de candidatura, para o conjunto de ações propostas a financiamento, sendo o financiamento da operação dependente da concretização dos objetivos contratualizados.

13. Regras de elegibilidade das despesas

São elegíveis as despesas que tenham sido realizadas e pagas pelo beneficiário dentro do período de elegibilidade previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

A natureza e os limites máximos dos custos elegíveis são os previstos no Despacho Normativo nº 19-A/2015, na sua atual redação, tendo em atenção os princípios e limites definidos na Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

São ainda elegíveis as despesas decorrentes das atividades de coordenação, gestão e funcionamento do Programa Escolhas², de acordo com os limites previstos para as despesas relacionadas com aquelas atividades nos termos da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

Não são elegíveis as despesas previstas no artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

14. Elegibilidade do beneficiário

O ACM- GPE deve assegurar e declarar o cumprimento dos critérios de elegibilidade e de inexistência de impedimentos estabelecidos, respetivamente, nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e declaração da inexistência de salários em atraso, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 17.º da Portaria 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

15. Processo de análise e decisão das candidaturas

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela AG do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020, no prazo máximo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do aviso. Este prazo suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que deve ocorrer uma só vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo implicar o seu indeferimento quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela AG.

A entidade é ouvida no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos

² Para o preenchimento destas atividades no formulário de candidatura ver exemplo constante do Anexo I

fundamentos. A decisão é notificada ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver fluxograma com as respetivas etapas e prazos, em anexo II).

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve ser submetido eletronicamente, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, devidamente autenticado nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do antedito Decreto-Lei, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e devidamente aceite pela AG.

A decisão de aprovação das candidaturas também é revogada, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 23.º do mesmo diploma, nos casos em que o período de adiamento do arranque da operação seja superior a 90 dias em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, salvo se aquele tiver sido autorizado pela Autoridade de Gestão.

16. Condições de alteração

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são formalizados no Balcão 2020.

É obrigatória a formalização de pedido de alteração quando a operação não se inicie no ano civil previsto para o efeito, nos termos da decisão de aprovação, ou quando inicie num período superior a 90 dias em relação à data prevista para o início ou à data de conhecimento da decisão de aprovação.

Se o beneficiário não for notificado da correspondente decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7, 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

17. Regime de financiamento e prazos de decisão

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo ACM - GPE confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para a candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento total aprovado (no caso de candidaturas que envolvam apenas um ano civil) ou do financiamento aprovado para o primeiro ano civil (no caso de candidaturas plurianuais), o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão eletrónica, no Balcão 2020, do termo de aceitação da decisão de aprovação ou devolução do mesmo, por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar a entidade, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;

c) Comunicação do início da operação no Balcão 2020.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, no segundo ano civil e seguintes, o beneficiário tem igualmente direito a receber um adiantamento correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada um dos anos civis em questão, sendo o mesmo processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- b) Comunicação do reinício da operação no Balcão 2020.

Os pedidos de reembolso são submetidos eletronicamente, no Balcão 2020 com uma periodicidade mínima bimestral, reportando-se ao último dia do mês a que dizem respeito, devendo o beneficiário proceder, ainda, e pela mesma via, à submissão dos dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Específico.

No caso de candidaturas plurianuais, Programas Escolhas fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020, até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a Autoridade de Gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O ACM - GPE tem direito ao reembolso das despesas efetuadas e pagas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso, não exceda os 85% do financiamento total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia entre a data de reporte do último pedido de reembolso apresentado e a data de apresentação do pedido de pagamento de saldo.

Para efeitos de contagem do prazo de apresentação do pedido de pagamento do saldo, considera-se que a data de conclusão da operação é a que consta do cronograma aprovado, em sede de candidatura ou pedido de alteração, como data final para a realização da sua última ação.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade, conformidade e razoabilidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a AG solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

18. Eficiência e resultados

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado.

Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, que pondera de forma equitativa a meta do indicador de realização e do indicador de resultado sobre uma base de incidência de 10% do montante a aprovar em saldo.

19.Documentação adicional

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- Memória descritiva que fundamente a candidatura;
- Documento demonstrativo dos métodos de cálculo que sustente o montante financeiro solicitado.

20. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PORL2020, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

21. Consulta e divulgação de informação

No portal <https://www.portugal2020.pt> os candidatos têm acesso aos resultados do presente aviso.

22. Outras disposições

Ao presente aviso aplica-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nas Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 97-A/2015, de 30 de março, todos os diplomas na sua atual redação, e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, de 17 de dezembro.

23. Contatos

Autoridade de Gestão do POR Lisboa 2020

Rua Alexandre Herculano, n.º 37

1250-009 Lisboa

lisboa2020@ccdr-lvt.pt

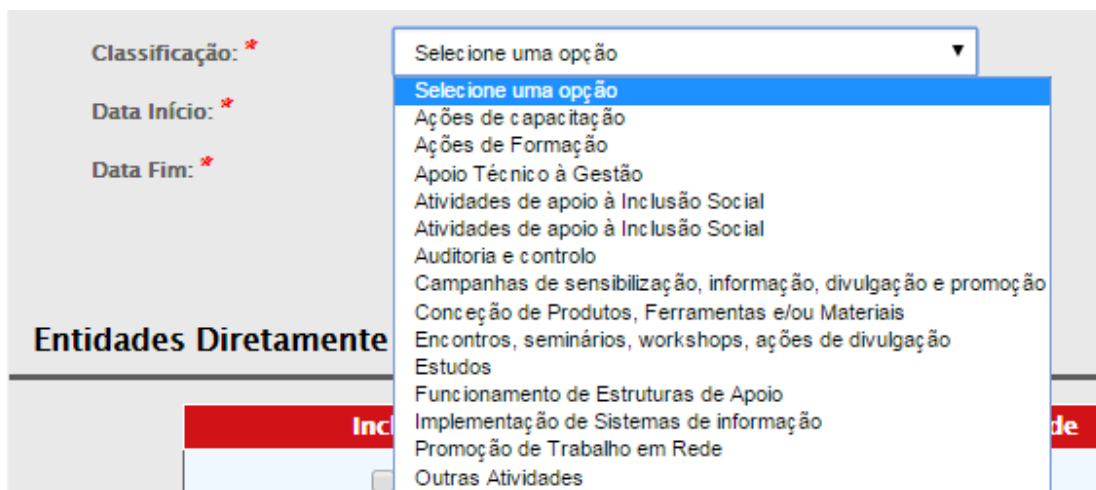
Lisboa, 31 de outubro de 2016

O Presidente da Comissão Diretiva do POR Lisboa 2020

João Pereira Teixeira

Anexo I – Nota de preenchimento das fichas de atividade do formulário da candidatura

O formulário a utilizar para a candidatura do Programa Escolhas ao POR Lisboa 2020 apresenta-se com uma estrutura de informação generalista, comum a diversas tipologias de operação não formativas. O traço comum a estas tipologias evidencia-se na *combo box* do campo classificação da atividade:



The image shows a screenshot of a web form. On the left, there are three fields: 'Classificação: *', 'Data Início: *', and 'Data Fim: *'. Below these is a section header 'Entidades Diretamente'. The main focus is a dropdown menu for 'Classificação' that is open, showing a list of options. The options are: 'Selecione uma opção', 'Ações de capacitação', 'Ações de Formação', 'Apoio Técnico à Gestão', 'Atividades de apoio à Inclusão Social', 'Atividades de apoio à Inclusão Social', 'Auditoria e controlo', 'Campanhas de sensibilização, informação, divulgação e promoção', 'Conceção de Produtos, Ferramentas e/ou Materiais', 'Encontros, seminários, workshops, ações de divulgação', 'Estudos', 'Funcionamento de Estruturas de Apoio', 'Implementação de Sistemas de informação', 'Promoção de Trabalho em Rede', and 'Outras Atividades'. The first option 'Selecione uma opção' is highlighted in blue.

A identidade da tipologia de operação não encontrando expressão nas classificações pré definidas, poderá ter que ficar expressa na classificação “outras atividades” (fim da lista), a qual deve, para esse efeito, ser preenchida de forma a fornecer uma leitura estruturada da informação prestada.

No caso do Programa Escolhas esta ficha deverá ser obrigatoriamente utilizada para identificar cada um dos projetos internos – projetos individuais - respetivos consórcios e localizações, da forma como segue:



The image shows a screenshot of a form titled 'Identificação da Atividade'. The form has several fields: 'Número da Atividade:' with the value '3'; 'Identificação da Atividade:' with the value 'Nº(Interno) - Designação do projeto E&G'; 'Descrição:' with the value 'Participantes diretos = N°' and 'Descrição do projeto'; 'Classificação: *' with the value 'Outras Atividades'; 'Especifique: *' with the value 'consórcio - local'; 'Data Início: *' with the value '31-10-2016'; and 'Data Fim: *' with the value '31-10-2016'.

Identificação da atividade – O campo deve ser preenchido com a identificação do projeto interno com atributo composto por: Nº interno dado pelo ACM-GPE e respetiva Designação (separados por hífen)

Descrição – A primeira informação a constar na descrição da atividade deve ser o **Nº de participantes diretos** que contribui para os indicadores de realização e de resultado. Segue-se uma descrição sucinta do projeto.

Especifique – Ao selecionar-se a classificação “outras atividades” é aberto um novo campo, no qual deve ser inscrito a designação do consórcio (ou da sua entidade líder) e a localização do projeto à escala de concelho ou NUT III.

A informação final deverá ter um aspeto semelhante ao que segue:

Nº Atividade	Identificação da Atividade	Classificação	Custo da Atividade
1	Coordenação, gestão e funcionamento do Programa Escolhas	Funcionamento de Estruturas de Apoio	100 000.00€
2	Encontros, seminários, workshops e ações de divulgação	Encontros, seminários, workshops, ações de divulgação	100 000.00€
3	Nº(Interno) - Designação do projeto E6G	consórcio - local	100 000.00€
4	Nº (interno) - Designação do projeto E6G	consórcio - Local	100 000.00€

Anexo II - Prazos para análise e decisão de candidaturas

